

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2023.

Nome do manifestante: Jonathan Paulo Durães Nunes.

EMENTA: SOLICITA CONTRATOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO FIRMADOS ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PEDIDO DEFERIDO.

Prezado Sr. Jonathan Paulo Durães Nunes.

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria do Tesouro Nacional

Caixa Economica Federal

Senado Federal

Contratos de cessão de crédito firmados entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro.

A resolução No. 65 de 1999, amparada pelo parecer 1.077 de 1999 de Senado Federal resenta saldos devedores de contratos celebrados entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e Estado do Rio de Janeiro, entre os quais aqueles oriundos de Cessão de Créditos (art 2º. item " c" e página 4, item III dos dois documentos citados, respectivamente, e que encaminho em anexo).

Solicito a cópia dos contratos de cessão de créditos ali referidos, uma vez que os contratos de cessão de créditos firmados entre CEF e o Governo do Estado do Rio de Janeiro constituintes da dívida federal está em curso e a CEF alega ter perdido a copia dos mesmos em incendio ocorrido em seus arquivos.

Submetido o pedido de acesso à informação ao setor especializado, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

Nos arquivos encaminhados em anexo à citada manifestação (e, ambos de 1999 lavrados pelo Senado Federal), consta destaque quanto ao teor dos contratos de interesse do requerente em tela, quais sejam:

Resolução nº 65

“(…) c) saldos devedores dos contratos celebrados entre o Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal –

Caixa, referentes a saneamento básico, habitação e cessão de crédito, no valor de R\$466.874.995,67 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos); (...)

Parecer nº 1077

“(…)

III) saldos devedores dos contratos celebrados entre o Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, referentes a saneamento básico, habitação e cessão de crédito, no valor de R\$ 466.874.995,67 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos);

(…)”

Não identificamos, nos autos em exame, nenhum outro dado que possibilite melhor identificar os respectivos contratos.

Com base nos critérios de busca “Caixa Econômica Federal”, “466.874.995,67”, “saneamento básico”, “habitação” e “cessão de crédito”, em pesquisa realizada no Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos - SCAP, não conseguimos identificar registro de processo específico acerca dos contratos destacados.

Entretanto, dentre alguns processos que abordam a dívida do Estado e contêm os referidos termos, localizamos o Processo TCE-RJ nº 117.241-9/18, relativo a Relatório de Auditoria de Conformidade Ordinária com o objetivo de apurar o

incremento de R\$19 bilhões na dívida consolidada do Estado em dezembro de 2017 em virtude do refinanciamento firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496/97, em decorrência da aplicação da Lei Complementar Federal nº156/16.

Na peça digital do referido processo “Documento Anexado: RTSID 01.1 127 2018”, de 22/11/2008, consta cópia do CONTRATO Nº 04/99-STN/COAFI – PROCESSO Nº 17944.001.007/97-15, pactuado, em 29/10/1999, entre a União (Titular do Ministério da Fazenda) e o Estado do Rio de Janeiro (Governador Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira), tendo por respectivos representantes financeiros Banco do Brasil S.A (Agente) e Banco BANERJ S/A (Depositário), cujo objeto trata do refinanciamento de dívidas anteriores do Estado do Rio de Janeiro, com base na Lei Federal nº 9.496/97; contrato de financiamento pactuado em decorrência da Resolução nº 65 e do Parecer nº 1.077 do Senado Federal.

Entendemos que, com esta referência, possa o interessado recorrer à outra parte signatária no contrato mencionado e, também, nos contratos anteriormente pactuados com a CEF, Estado do Rio de Janeiro, através da pasta responsável por executar o controle da dívida estadual, qual seja: a Secretaria de Estado de Fazenda, com base na própria Lei nº 12.527/2011.

Informamos que na página do TCE-RJ, é possível obter uma cópia ou visualizar o conteúdo de um processo, bem como acompanhar e obter cópia dos pareceres, decisões e imagens digitais dos processos deste Tribunal.

Porém, existem exceções a esse acesso, como por exemplo, em se tratando de processos sigilosos. Além disso, os processos só ficam disponíveis para consulta e visualização na página do TCE-RJ na internet, após a apreciação dos autos por parte do respectivo Relator e/ou do Plenário, nos termos do artigo 16, da Resolução 275/13.

Para obter essas informações, basta acessar diretamente a página do TCE-RJ, no endereço eletrônico: <https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/Processo>

Não sendo possível obter a cópia do processo diretamente na página do TCE-RJ na internet, ou não estando o processo disponível para consulta no portal do TCE-RJ na internet, o interessado ou o seu procurador deverá necessariamente encaminhar uma solicitação para a **Coordenadoria-Geral de Prazos e Diligências – CPR** - cpr@tcerj.tc.br. TL: **(21) 3231-5366**.

Caso o pedido seja realizado pela própria pessoa citada no processo, este deverá ser encaminhado por e-mail endereçado à Coordenadoria-Geral de Prazos e Diligências – CPR, (e-mail: cpr@tcerj.tc.br), contendo os seguintes documentos:

- 1. Documento de identificação do interessado;**
- 2. TERMO DE VISTA/CÓPIA - PRÓPRIO assinado e datado (modelos podem ser acessados no livro digital referente a cópia de processo).**

Caso o pedido de vista do processo seja realizado pelo procurador da parte interessada, também deverá ser encaminhado um e-

mail para a Coordenadoria-Geral de Prazos e Diligências – CPR, (e-mail: cpr@tcerj.tc.br), contendo os seguintes documentos:

1. Documento de identificação do interessado
2. Cópia da procuração
3. Documento de identificação do Procurador
4. TERMO DE VISTA/CÓPIA - PROCURADOR assinado e datado (modelos podem ser acessados no livro digital referente a cópia de processo).

Para emitir o termo de cópia ou vista de processo acesse o livro digital sobre o assunto na página da ouvidoria ou clique no link: <https://www.tce.rj.gov.br/portalnovo/pagina/ouvidoria-publicacoes>

No caso presente, é possível consultar o Processo TCE nº TCE-RJ nº 117.241-9/18 no endereço <https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/processo/list?numeroprocesso=117241-9/2018>.

Por fim, informamos que pedido de acesso à informação, elogios, dúvidas e reclamações devem ser encaminhadas **PREFERENCIALMENTE NA PÁGINA DA OUVIDORIA DO TCE-RJ**, por meio do formulário a ser preenchido, através do seguinte link: <https://tcerj.ond.com.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>

Tratando-se de Pedido de acesso à informação dentro do formulário selecione o **CANAL** “Lei de Acesso à Informação”. Além disso,

havendo o indeferimento do pedido, haverá a possibilidade de recurso nos termos do artigo 13, da Resolução nº 275/13.

Por fim, sugerimos que seja consultada a página da Ouvidoria do TCE-RJ na internet, objetivando acessar os livros digitais e Guia da Ouvidoria, para que se possa conhecer melhor o assunto.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro agradece o seu contato.

Atenciosamente,
Ouvidoria do TCE-RJ